

1 Introdução

Minha mãe me contou várias vezes que um dia, depois de termos ido a uma passeata pelas *Diretas Já*, eu entrei na casa do meu bisavô com um broche do PT e pedi para cantar a música que todos na rua repetiam: “*Chora Figueiredo/ Figueiredo chora / Chora Figueiredo / Está chegando a sua hora*”. Não haveria nenhum constrangimento se meu biso não fosse um marechal do exército, e meu avô um general. Sempre muito provocativa, minha mãe afirmou que não tinha problema, com certeza com o intuito de instigar uma discussão.

Se na casa da minha bisa era complicado, imagine-se os parentes todos reunidos, inclusive a *ala Maluf* de São Paulo. Parte da minha família nasceu no interior de São Paulo e muitos moram na capital do estado. Nas férias de verão tínhamos a oportunidade de nos encontrar, quando meus bisavós e meus avós maternos levavam a mim, meu irmão, e meu primo para o sítio do meu biso, em Itu. Geralmente no carnaval meus pais se juntavam a nós. Além do sítio íamos para a fazenda da minha madrinha, na cidade de Porto Feliz, bem próxima a Itu. Em 1989 passamos uma noite lá, e na manhã seguinte uma surpresa nos aguardava: a casa acordou repleta de adesivos de campanha do candidato do PDT, Leonel Brizola. Minha mãe espalhou pelos quatro cantos fotos e panfletos do seu candidato, e mais uma vez provocava *o lado de lá*, como ela costumava dizer.

Os encontros familiares em datas festivas, como Natal, aniversários e viagens, remetem-me, entre outras coisas, a brigas e discussões políticas, que envolviam especialmente minha mãe e meu bisavô. Apesar de não entender muito bem o que significavam aqueles calorosos debates, entendia claramente, contudo, que um sempre defendia o governo e o outro a oposição. Recorria à minha bisavó para compreender melhor o que eles falavam, ou melhor, berravam e com muita paciência ela tentava me explicar o

que era política: *“É como se um sempre quisesse o preto e outro branco. O problema é que eles não se misturam jamais”*.

Quando se têm pais que apóiam a esquerda no seio de uma família composta por militares e por pessoas que votam na direita, na hora da sobremesa as coisas só podem terminar desta forma. Mesmo assim, ainda que as discussões fossem sérias e estivessem entremeadas de gritos, era tudo muito divertido. O que aparentemente poderia ser compreendido como um desentendimento, não eram necessariamente brigas e não terminavam em conflitos pessoais muito menos em pizza, mas em troca de idéias, reflexões e críticas políticas.

Não foi por acaso que meus pais me matricularam, e a meu irmão também, em uma escola que incentivava o diálogo, e se preocupava com a formação social dos alunos. O CEAT (Centro Educacional Anísio Texeira) possuía a forte marca do debate e da reflexão política em todos os seus âmbitos. Assembléias, reuniões, passeatas, grêmios estavam presentes no cotidiano do colégio, compondo a identidade de uma instituição de ensino engajada politicamente, e comprometida com princípios educacionais que privilegiavam a participação dos estudantes nas discussões da escola.

Freqüentei o CEAT por doze anos, e essa vivência fez com que eu entrasse na universidade já com desejo de fazer política. Apesar de nunca ter tido um envolvimento mais profundo com a militância, um laço entre a política e a minha formação estava presente. Acabei por desenvolver um forte interesse por esta área, e depois de muita reflexão optei pelo curso de história.

A entrada na PUC não foi bem como eu esperava. Tratava-se de uma fase de transição, e a adaptação não foi simples e trivial. Tive alguma dificuldade em perceber como a universidade funcionava, e mais dificuldade ainda em entender como me posicionar diante dela. Acabei por encontrar o meu lugar na sala de aula e na Vila dos Diretórios. As aulas foram não somente estimulantes como inspiradoras. Os professores que incentivam a participação dos alunos dentro e fora das aulas apontaram um caminho que eu hoje entendo como parte da vivência universitária. Acredito que estudar em uma universidade é muito mais que somente cumprir os créditos e adquirir o diploma. Significa também que entre uma disciplina e outra existem cenários e mundos diferentes a serem decifrados e descobertos.

O contato com a Vila dos Diretórios mostrou uma PUC distinta. A mistura de alunos que nesse espaço ocorria era muito interessante. A vantagem de estudar em uma universidade que comporta todos os seus departamentos em um mesmo campus não é desprezível. Nas casinhas podia-se conviver ao mesmo tempo com estudantes dos mais variados cursos, e ali eram trocadas experiências e foram cultivadas amizades.

Ao longo do primeiro semestre era tudo uma grande festa com sabor de novidade, mas com o passar dos meses isso começou a mudar. No segundo semestre o ambiente da Vila dos Diretórios sofreu algumas modificações. Aos poucos surgiam jornais, adesivos e uma tal de bolinha amarela colada no peito dos alunos. Eram as eleições estudantis que se aproximavam, e com ela a militância começava a mostrar seu rosto.

A reviravolta na minha trajetória universitária aconteceu no final do segundo período da faculdade. Ao descer de uma aula encontrei os pilotis tomados por alunos. Aquela imagem foi de enorme impacto, pois era como se um mar de gente estivesse presente naquele ambiente, centenas de vozes falavam ao mesmo tempo, pequenos grupos que corriam de um lado para o outro, e no meio disso tudo alguns calouros de história que não sabiam nada do que se passava. Não posso deixar de confessar que me vi nos anos sessenta e setenta, anos em que os pilotis da PUC se tornaram uma referência para o movimento estudantil. Fiquei extremamente empolgada! Parecia que finalmente eu havia entrado na *Universidade*.

A primeira reação foi descobrir o que mobilizava tanta gente. Para isso era necessário encontrar alguém conhecido que pudesse explicar o que acontecia. Algumas pessoas que eu abordava estavam tão concentradas e ocupadas com aquela situação, que não conseguiam nem parar e conversar sobre o assunto. Apesar de parecer um caos, havia claramente dois grupos presentes: o que representava a chapa do DCE (*PUC-2000*) e a chapa de oposição (*PUC-Diversidade*). No meio de tanta gente encontrei um amigo que prestava enorme atenção ao acontecimento, e ele pôde me dizer qual o motivo de tanta confusão.

A situação era a seguinte: por motivos de fraudes em eleições passadas fora decidido, em um conselho formado pelos Centros Acadêmicos, que no ano de 1999 a votação seria realizada no ginásio da universidade, onde hoje fica a nova Igreja. Da forma como eram realizadas as eleições, nos pilotis, não havia um esquema de segurança que

impedisse que as urnas fossem abertas e que alunos pudessem votar mais de uma vez. Por isso o ginásio seria uma melhor opção, pois manteria os alunos do lado de fora, e seria permitida apenas a entrada de quem ainda não havia votado e para os membros da comissão eleitoral.

Na véspera da eleição a chapa *PUC-2000* entrou com ação judicial, e recorreu a uma liminar para impedir as eleições. Alegavam ilegalidade no local da votação, pois não teria sido decidido formalmente, e por isso as atividades eleitorais deveriam ser canceladas. A notícia foi recebida com muita surpresa pelos membros da chapa *PUC-Diversidade*, e causou uma enorme indignação nos alunos de uma forma geral. Não acreditei que depois de tanta campanha, debates e reuniões as eleições não aconteceriam e que eu não poderia votar e participar da minha primeira eleição universitária.

De qualquer forma, mesmo bastante decepcionada não fiquei desanimada. Muito pelo contrário, pois foi a partir daquele episódio que decidi entrar de cabeça na campanha, e aderir ao movimento da *PUC-Diversidade* para ganhar o DCE. O impacto causado por aquele estranhamento foi o primeiro passo para uma nova etapa. Deu-se início a uma busca por informações e ações no âmbito da militância estudantil.

Como muito bem esclareceu Robert Darnton, a percepção da distância pode servir como ponto de partida para uma investigação¹. A incompreensão de Darnton do aspecto cômico, e até mesmo hilariante, na narrativa sobre o massacre de gatos na Paris pré-industrial, fez o autor perceber que:

“quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo (...) Entender a piada do grande massacre de gatos pode possibilitar o ‘entendimento’ de um ingrediente fundamental da cultura artesanal, nos tempos do Antigo Regime”²

Vencemos as eleições de 2000, e com uma significativa diferença de votos. A militância conquistou cada vez mais espaços na minha vida tanto pessoal quanto acadêmica. O entusiasmo da vitória, no entanto, não nos fazia esquecer que o trabalho estava apenas por começar, e eu não podia deixar de pensar que ainda tinha muito que

¹ Robert DARNTON. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.106.

² Idem, *Ibidem*. Pp. 106-107.

aprender sobre este universo. Decifrar os signos, o vocabulário e o comportamento dos militantes universitários foram alguns dos desafios que enfrentei no primeiro momento de ingresso no movimento estudantil, pois daquele meio eu nada sabia.

No começo eu mais observava, e era observada, do que agia. Não era nada fácil entrar naquele movimento, ainda mais com poucos semestres de faculdade e sem experiência de militância. O ambiente também não era dos mais amigáveis e alguns tinham uma certa desconfiança de alunos novos que desejavam entrar no grupo. O fato de muitos já terem uma experiência de ação política, que incluía sindicatos, grêmios e partidos políticos, inibia a participação de outros alunos sem esta bagagem. Mas se o lema era a diversidade, e a proposta do movimento era formar um DCE aberto, horizontal, sem cargos e sem vínculos com partidos, eu também poderia fazer parte deste núcleo político.

Com o tempo a observação foi posta de lado e a ação entrou em campo. Aos poucos consegui vencer esta barreira inicial e participar das discussões e da elaboração de projetos. Mesmo assim sei que não foi desta forma para todos que tentaram fazer parte do DCE que construímos. Como o nome era *PUC-Diversidade* entendia-se que qualquer aluno poderia participar, mas de fato isso não ocorreu. De forma alguma foi interditada a entrada de qualquer estudante nesse meio, e não houve impedimentos e censuras em nossas reuniões, mas, no entanto, éramos muito parecidos, e a diversidade que tanto sonhávamos não aconteceu. A já famosa *panelinha política* foi formada, e em sua grande maioria estavam ali alunos que pertenciam a famílias de classe média, ex-estudantes das melhores escolas particulares da cidade, e que na faculdade faziam a graduação em cursos dos Centros de Ciências Humanas e Ciências Sociais.

Uma característica bastante marcante deste movimento era a participação de alunos que pertenciam a famílias engajadas com a militância política. Não era raro o vínculo com ex-militantes que participaram da luta contra a ditadura, ou com pessoas que estiveram envolvidas no processo de redemocratização do país a partir de 1979. Conviver com filhos de militantes políticos não era novidade, uma vez que desde o colégio fiz amigos cujos pais eram deputados, senadores, membros de partidos, e pessoas que estiveram em organizações clandestinas nos anos 60 e 70. A novidade era que agora eu estava do outro lado e começava a construir igualmente uma trajetória de militância. Por mais intimidante que isso parecesse, havia um sentimento de conquista que crescia em mim a cada reunião, em cada

palestra, nas reivindicações, e também nos encontros com militantes mais experientes. Acreditava estar mais próxima deste meio, e mais importante, sentia que contribuía para o desenvolvimento do mesmo.

No ano de 2003 o AI-5 completava 35 anos, mais precisamente no dia 13 de dezembro, e não se falava em outro assunto que não fosse a ditadura militar. Certamente não é uma data digna de comemorações, mas sem dúvida um período histórico que não deve ser esquecido jamais. Jornais, revistas e programas televisivos prestaram homenagens aos militantes da esquerda brasileira, que participaram da luta contra a ditadura, e tiveram seus destinos marcados pelos eventos dessa época brutal e violenta. Em sua coluna semanal do *O Globo*, Zuenir Ventura, o autor do livro que insiste em afirmar que o ano de 1968 ainda não terminou, abordou a temática do Ato Institucional, e apontava para o seu impacto na história do país. Até hoje sempre lhe perguntam onde ele estava, e o que fazia no dia da declaração do AI-5, e ainda que mudanças esse acontecimento desencadeou na sua vida.

Durante aquela semana repleta de matérias e entrevistas o objeto de notícias e de interesse eram os militantes brasileiros, que foram cercados por curiosidade sobre o que lhes aconteceu depois do que se convencionou chamar de *golpe dentro do golpe*. Entre outros assuntos, a experiência do exílio esteve presente em seus depoimentos, uma vez que esse foi o caminho imposto a muitos. Já nutria um forte interesse por esse período, e a extensa quantidade de material produzido nessa época alimentava ainda mais meu desejo de conhecimento. As histórias e relatos sobre a vida fora do Brasil, os fatos que estavam relacionados com fugas e perseguições em fronteiras, invasões em embaixadas, passaportes falsos, e a lembrança dos amigos que não podiam contar suas próprias memórias me fascinaram, e tive a certeza que era essa história que eu gostaria de estudar um dia.

Nas reportagens sobre as vidas de militantes as famílias estavam presentes, mas, em geral, como um pano de fundo de uma peça teatral. As perguntas feitas raramente mencionavam como ocorreu a ida para o estrangeiro com os filhos, maridos e esposas e de que forma o processo de adaptação a uma realidade tão diversa da brasileira aconteceu. O artigo do jornalista mencionado anteriormente me fez pensar em uma situação diversa, ou seja, o que se passou com aqueles que não estavam na linha de combate contra os militares, mas que viveram o episódio do AI-5, considerado hoje um divisor de águas da guerra entre o exército e a esquerda? Onde estavam as famílias dos militantes, e de que forma essa luta

política afetou suas vidas? Essas perguntas ficaram em suspenso, mas jamais deixaram de estar presentes na minha trajetória acadêmica.

Entre os muitos que estavam sendo entrevistados em artigos e reportagens, alguns eram pais, parentes, amigos dos pais de membros do nosso movimento estudantil. Muitas histórias e memórias foram contadas e partilhadas conosco. Percebi que esse era um episódio histórico que estava longe de um ponto final. Havia muito por dizer e, principalmente, muito a ser esclarecido.

Na procura por um tema para ser desenvolvido na dissertação de mestrado, percebi onde estava o meu interesse, mas havia uma relutância em assumir este compromisso. Isto porque não acreditava ser possível trabalhar com um assunto com o qual de alguma forma estivesse envolvida pessoalmente. Minha maior preocupação era em como não me perder no meio deste processo de pesquisa e de reflexões sobre esta temática, sem deixar de lado aquilo que despertava a minha paixão, e desejo de estudo. Achava inclusive que desenvolver um trabalho nessas condições não seria aceito, e muito menos encorajado.

Ao longo da graduação era bastante visível o preconceito que alguns professores tinham em relação a estudantes que se envolviam com a política universitária. Brincadeiras e ironias eram feitas nas salas de aula quando se referiam aos alunos do movimento estudantil. Justamente por isso tive muito receio em entrar na pós-graduação e levar adiante uma espécie de marca de distinção, que em certos momentos me causou problemas. Por conta de situações que apresentavam um certo conflito entre a postura que assumia com a atuação, e a minha presença na graduação entrei tímida e relutante no mestrado. Mais um momento de transição, e novamente a dificuldade de entender como aquele sistema funcionava. Chegava a hora de escolher tema e orientador. Meu maior medo era minha proposta não ser levada a sério, e novamente acontecer o que outras vezes ocorreu: passar pela aluna que fica nos pilotis e não estuda. Como sempre encontrei apoio e incentivo na única orientadora que tive, e que felizmente ainda não estava cansada de mim. Agora era colocar a mão na massa e trabalhar na construção da dissertação.

Além deste receio sobre a minha postura diante da academia, outros elementos me faziam considerar se deveria ou não manter a minha proposta. A carga emocional, e pessoal, que eu propunha abordar igualmente me assustava. A possibilidade de entrar em contato com as pessoas que tiveram uma experiência de exílio me deixava muito animada,

mas também com algumas dúvidas se teria capacidade de tocar em certas feridas. Como deve se comportar um entrevistador diante do seu entrevistado? Como devo reagir se a pessoa começar a chorar ou se calar diante do tema? Os guias e manuais de história oral³ não davam muitas respostas para esses peculiares aspectos que uma entrevista pode ter. Resolvi sair em busca de pessoas que já tiveram essa experiência, e percebi que não há muito que planejar, tudo pode acontecer.

O processo das entrevistas merece uma menção especial. Passada a fase de elaboração e qualificação do projeto chegava à hora de ir a campo e dar início às entrevistas. Por onde começar? Minha orientadora e a professora Denise Rollemberg foram as minhas referências iniciais. Denise Rollemberg inclusive me passou diversos telefones que obtive com sua pesquisa sobre o exílio brasileiro, e dividiu comigo dados preciosos. Com alguns contatos em mãos tive que enfrentar a minha timidez, pegar o telefone e começar a ligar para as pessoas. Ficava muito nervosa, com medo de ser inconveniente, ensaiava em frente ao espelho, como se isso adiantasse alguma coisa. Tomei coragem e comecei a discar os números. No final do dia não tinha conseguido falar com ninguém. Os telefones que generosamente me foram cedidos ou bem não existiam mais ou ninguém atendia. Resolvi seguir o conselho da minha orientadora, que há muito já havia me dito que no trabalho em pesquisa quando nada dá certo é melhor fazer outra coisa. Fui então ao cinema, e resolvi deixar o desespero para depois.

Mesmo assim, a decepção foi muito grande e tive que pedir ajuda para praticamente todas as pessoas que conheço. Foi o que fiz. Escrevi e-mails, liguei para amigos e parentes de amigos, pesquisei exaustivamente na internet, fui a alguns arquivos também. Encontrei informações sobre os filhos de exilados, mas nem sempre seus contatos. De qualquer forma, dos meus pedidos de *socorro* surgiram frutos, e consegui marcar as primeiras entrevistas. Tenho que ressaltar a enorme solidariedade que recebi dos amigos mais próximos e de pessoas que até hoje não conheci, mas que através de e-mails e telefonemas me ajudaram muito.

Foram realizadas doze entrevistas com filhos de exilados e três com filhos de exilados e militantes que nasceram depois do exílio. Sobre as entrevistas com os filhos do

³ Os manuais consultados foram Carlos Humberto P. CORREA. *História oral (teoria e técnica)*. Florianópolis: UFSC, 1978 e José Carlos Sede Bom MEIHY. *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã: 1996.

exílio gostaria de ressaltar um episódio muito marcante que ocorreu ao longo do desenvolvimento do trabalho. No meio de tantas dicas e informações sobre possíveis entrevistados, uma me chamou muito atenção. Meus e-mails chegaram até a mãe de uma amiga, e ela me contou uma história fascinante. Um casal de amigos da faculdade foi preso na ditadura e na época tinham duas meninas. O período na prisão, apesar de não muito longo, fez com que eles se afastassem, e por isso resolveram se separar. A decisão mais difícil, no entanto, estava por vir: ir para o exílio ou ficar no Brasil e correr o risco de *cair* de novo?

Diante da pouca perspectiva que o país oferecia decidiram sair e seguir o caminho que tantos percorriam. O mais problemático era resolver o que fazer com as filhas. Deixar com os avós? Levá-las com a mãe ou com o pai? O resultado foi: a mãe iria com uma para Chicago e o pai com a outra para Paris. E assim aconteceu. Durante o exílio o único contato mantido pelas irmãs foi a troca de correspondência, fotos enviadas e fitas gravadas com suas vozes. Igualmente uma não via o pai, e a outra a mãe, desde então. Em 1981 os pais acharam melhor voltar para o Brasil, e depois de oito anos a família de reencontrava no aeroporto internacional do Rio de Janeiro.

Consegui contatá-las e com enorme simpatia disseram que ficariam muito felizes em conceder uma entrevista. Foi uma experiência muito boa, conversei com cada uma quase três horas, e saí muito empolgada com as possibilidades de trabalho a partir de seus relatos. Sabia que estava com um material muito rico nas mãos e poderia explorá-lo de diversas formas.

Para minha surpresa depois de quase dois meses do nosso encontro, uma das irmãs me ligou. Fiquei animada, pois havia pedido para ver as cartas que escreveram durante o exílio, que elas asseguravam terem guardado. Achei que ligavam para confirmar isso, e que me autorizavam utilizá-las no trabalho.

No entanto, nada disso sucedeu, e com muita frieza a irmã mais velha disse que não autorizava mais o uso das entrevistas para a minha dissertação. Segundo ela estavam arrependidas, e se eu insistisse acionariam o advogado da família. Fiquei sem reação, e tentei explicar, como já havia dito, que não ia identificá-las, suas identidades não seriam reveladas. Não adiantou, ela estava inflexível. Minha vontade foi de chorar, pois além de já ter utilizado boa parte do material, fiquei assustada com essa atitude e imaginei o que

poderia acontecer se outros entrevistados resolvessem fazer o mesmo. Não me restava mais nada a não ser descartar todo o trabalho que tive com elas e correr atrás de outras entrevistas. Trabalhei, portanto, com dez depoimentos, mas acho importante dizer que fiz doze entrevistas, mesmo se não pude utilizar todas elas.

No que diz respeito ao método de trabalho empregado nas entrevistas foi decidido não revelar as identidades dos entrevistados. Os filhos de exilados que entrevistei são identificados no texto, portanto, pela primeira letra do primeiro nome e a primeira do último nome, por exemplo, Tatiana Paiva seria TP. Os nomes de filhos de exilados que estão na dissertação foram retirados de outras fontes, e transcritos tais como aparecem nesses trabalhos.

Em relação às entrevistas com filhos de militantes e exilados que nasceram depois do exílio, e da ditadura, optei por não utilizá-las nessa dissertação. Apesar de considerar o material válido para esse estudo, e coerente com as hipóteses de trabalho traçadas ao longo da pesquisa, acredito que elas poderiam ficar deslocadas do texto. Resolvi deixá-las de lado por enquanto, mas gostaria de ressaltar que o encontro com essas pessoas foi muito gratificante e o material recolhido se mostrou igualmente rico.

A realização das entrevistas foi o obstáculo mais árduo de toda a pesquisa, mas outros muros estavam por serem derrubados. A leitura sobre o tema, apesar de embalada pelo meu fascínio, começou a me causar um mal estar. A dura temática envolta por mortes, assassinatos e torturas certamente contribuiu para isso, mas comecei também a fazer a mesma pergunta que Lawrence Wescheler se fez ao entrevistar os integrantes do projeto do livro *Brasil: Nunca Mais*⁴. Wescheler investigou sobre as relações estabelecidas entre os países recém libertos das ditaduras e os ex-torturadores do regime militar. Em uma das muitas entrevistas realizadas, um dos jornalistas integrante do grupo, que não se identifica no livro, questionou-se:

“Como jornalista, eu sabia que algumas daquelas coisas estavam acontecendo, mas não tinha nem idéia da profundidade e da natureza sistemática da violência. Eu estava constantemente assombrado, enquanto progredia através do material, por aquela sensação de ‘E se eu estivesse no lugar desta pessoa?’”⁵.

⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁵ Lawrence WESCHELER. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 62.

Por diversas vezes não pude deixar de fazer a mesma pergunta, e diante das pessoas que viveram as situações sobre as quais eu lia, e que me aterrorizavam, esse questionamento se tornava ainda mais presente. Difícil também estudar um tema que a sua família está envolvida de uma forma que você não concorda, e pretende contestar. Ler sobre a tortura em crianças, sobre a morte de jovens e sobre desaparecimentos significava investigar um pouco o papel dos meus avôs nesse período histórico, e a postura da família como um todo diante desses fatos.

Mesmo depois de considerar as prováveis dificuldades que apareceriam com o trabalho decidi encarar o desafio e aceitar a sugestão, e os esclarecimentos, de Norbert Elias sobre a relação entre o sujeito e o objeto de estudo nas Ciências Sociais. Ainda tinha receio em desenvolver uma temática que pudesse estar próxima das minhas experiências pessoais e familiares. A leitura do texto de Norbert Elias era o que faltava para perceber que esta jornada poderia ser trilhada, e até mesmo ser muito interessante. O autor afirma que existe algo de particular nesta relação, se compararmos com outras áreas, pois de alguma forma os cientistas sociais defrontam-se com eles mesmos; os objetos são também sujeitos⁶. Uma vez que trabalhamos com pessoas e também com sujeitos, os papéis assumidos podem, às vezes, serem invertidos, ou seja, o sujeito se torna objeto. Neste sentido não há conflito em estar próximo de seu objeto em certas ocasiões mesmo que ele se torne você mesmo. Encontrar um equilíbrio entre o nível de envolvimento com o objeto de estudo, e o distanciamento necessário, parece ser a chave para o trabalho nas Ciências Sociais.

Todas essas pontuações desembocaram na proposta para esta dissertação, e no desejo de trabalhar com os filhos do exílio e suas memórias. Apesar de sempre ter tido vontade de investigar o universo da militância, procurava algo que não fosse necessariamente relacionado com os militantes em si. Diferentes abordagens sobre suas trajetórias, e histórias de suas ações políticas, já foram trabalhadas por muitos, e há uma considerável produção de livros, teses, filmes, músicas, peças teatrais, entre outros sobre esse tema.

A participação das famílias dos integrantes da esquerda nos eventos que envolvem a ditadura militar é pouco valorizada nos estudos até então realizados. Trabalhar com os filhos dos exilados me pareceu um foco de pesquisa extremamente interessante, e

⁶ Norbert ELIAS. *Envolvimento e Alienação*. São Paulo: Bertrand Brasil. p. 120.

relativamente inédito. A vertente que estará presente, transversalmente, em todo o trabalho tem relação direta com a problemática do engajamento político, experimentado ou não, na geração de filhos de militantes. Essa pesquisa procurará encontrar algumas respostas para compreender como a geração pós 68 entrou em uma espécie de vácuo político, e porque uns tentaram vencer esse vácuo ideológico e outros não.

Ainda que o foco de estudo seja mantido nos filhos de exilados, a vivência de seus pais não pode ser desprezada, e as características que constituíram o exílio brasileiro deste período igualmente compõem esta narrativa. Os vínculos familiares nos levam a perceber que no processo de ajustamento ao estrangeiro, pais e filhos viviam situações distintas, mas a convivência não excluía a troca de experiências entre um e outro. Por isso, considerações feitas sobre o que representou o exílio brasileiro para os integrantes da esquerda no Brasil, e especialmente sobre o momento do retorno dos mesmos ao país, cercam os depoimentos dos filhos, e representam uma considerável parte de suas vidas.

No capítulo 2, *Exílios: uma herança?* são desenvolvidos os elementos que compõem a experiência do exílio, desde seu início resultante do entrecruzamento da intolerância com a exclusão. Esses elementos são identificados como o processo de desenraizamento, a condição de apátrida, a adaptação ao país estrangeiro, assim como as características que são exclusivas da experiência do exilado, que estão em outro plano que aquelas vivenciadas por estrangeiros e imigrantes.

Diferentes autores, ex-exilados ou não, contribuem para a reflexão sobre a vivência de um exílio, e apresentam distintas questões. Ana Vasquez e Ana Maria Araújo apontam para o fato da experiência estar sempre envolta em contradições e paradoxos, composta por uma dupla face⁷. Edward Said⁸ e Tzvetan Todorov⁹ acrescentam a esta reflexão aspectos de suas próprias vivências e observam como ao mesmo tempo o exílio é uma ruptura, mas também um aprendizado. Somado a isto estão os depoimentos de alguns exilados brasileiros recolhidos por Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Jovelino Ramos¹⁰, que enriquecem a discussão ao relatarem suas impressões pessoais à cerca da experiência.

⁷ Cf. Ana VASQUEZ e Ana Maria ARAUJO. *Exils Latino-Américains: la malédiction d'Ulysse*. Paris: Ciemi - L'harmattan, 1988.

⁸ Cf. Edward SAID. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹ Cf. Tzvetan TODOROV. *O Homem Desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁰ Cf. Pedro Celso Uchôa CAVALCANTE e Jovelino RAMOS. *Memórias do Exílio. Brasil 1964 – 19??*. Vol.1 *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1976.

Considerações sobre as especificidades do caso brasileiro igualmente fazem parte deste primeiro capítulo, e são analisadas juntamente com as memórias das crianças. O trabalho de Denise Rollemberg¹¹ é utilizado como referência principal para esse ponto. Segundo essa autora, o exílio brasileiro foi constituído por duas gerações, 1964 e 1968, e vivido em três fases. Essas divisões fazem parte de sua análise, e serão trabalhadas como componentes do percurso feito pelas crianças. O conceito de geração foi abordado baseado nas considerações de Jean-François Sirinelli, que propõe a utilização do termo a partir de um evento histórico, e não somente tendo como referência periodizações históricas¹².

Ainda sobre a experiência de exílio brasileira analiso suas dimensões, e atribuições, com base nas categorias desenvolvidas por Reinhart Koselleck, *horizonte de expectativa e espaço de experiência*¹³. As considerações de Koselleck ganham uma importância especial neste trabalho e podem ser encontradas em distintas partes da dissertação. A partir delas podemos verificar que mudanças e transformações os exilados experimentaram durante o exílio, e o que essas alterações representam para esse episódio. No que diz respeito à experiência das crianças, essa discussão não faz muito sentido, se considerarmos a falta de um horizonte de expectativa, pois não estavam envolvidas com uma causa política. No entanto, modificações na vivência dos pais influenciavam a trajetória dos filhos, e por isso devem ser avaliadas.

O capítulo 3 recebe o título de *Fronteiras do Exílio*, e apresenta uma dupla abordagem. A primeira se refere a fundamental discussão para esta dissertação sobre a relação entre memória e história. Na segunda parte são explorados os elementos que compõem a experiência de exílio das crianças.

No que diz respeito ao primeiro tema, foram analisadas as dimensões que envolvem um trabalho de cunho histórico baseado em relatos orais. Como um fio condutor desta sessão está a reflexão de Jacques Le Goff sobre a memória ser sempre uma construção e nunca apenas um resgate¹⁴. A partir daí serviram como base para esta discussão alguns

¹¹ Cf. Denise ROLLEMBERG. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹² Cf. Jean François SIRINELLI. A Geração. In: *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹³ Cf. Reinhart KOSELLECK. Espacio de experiencia y horizonte de expectativa: dos categorias históricas. In: _____. *Futuro Pasado - para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

¹⁴ Cf. Jaques LE GOFF. Memória. In: *Memória – História. Enciclopédia Einaudi. vol. 1*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

trabalhos que utilizam a história oral no campo das Ciências Sociais, com um destaque especial para o artigo de Michael Pollak sobre sua pesquisa com mulheres que viveram nos campos de concentração nazistas¹⁵. O autor explora um importante componente de depoimentos e entrevistas: o silêncio. Pollak indaga-se em como transformar o *indizível* em *dizível*¹⁶, e o que significa o silêncio no campo da memória, e ainda qual a sua relação com os eventos históricos.

Na segunda parte deste capítulo é investigada a vida das crianças no exílio. O cotidiano escolar, o idioma estrangeiro, os aspectos da cultura local e a convivência familiar foram os assuntos mais desenvolvidos. O momento da ida, ou volta, para o Brasil e o novo processo de adaptação que enfrentaram, agora relacionado a este país, também estão incluídos. A convivência no exílio somada com a vida iniciada, ou reiniciada, no Brasil resultou, em alguns casos, no que denominei de *conflito de gerações*. Ana Vasquez, em um outro estudo, fornece dados de análise para este ponto, a partir de uma pesquisa realizada com filhos de exilados do Cone-Sul¹⁷. Os brasileiros não estão incluídos, mas os apontamentos de seu trabalho, também baseado em entrevistas, dão suporte para as questões abordadas por esta dissertação. As crianças desenvolveram uma relação com o exílio muito específica, e não sofriram, necessariamente, as angústias dos pais. Durante a experiência, as reflexões a cerca desta vivência não tiveram tanto impacto em suas vidas, e muitos sequer compreendiam a situação ou se reconheciam enquanto exilados. Foi a partir da mudança para o Brasil que os questionamentos surgiram, e o significado do exílio passou a ser mais presente.

Como são identificados enquanto *Herdeiros do Exílio*, o capítulo 4 procura investigar que heranças obtiveram os filhos de exilados, a partir da experiência de exílio. Estão incluídas nesta investigação as temáticas da militância e do engajamento político na geração dos filhos dos exilados. Procuro explorar como a experiência do exílio dos meninos e meninas, hoje adultos com suas próprias famílias, influenciou suas vidas, como vêem a política, e que tipo de relação estabeleceram com a militância, ou seja, se ela esteve presente ou não em suas trajetórias. Para desenvolver este ponto foi utilizada a relação

¹⁵ Cf. Michel POLLAK. Le Temonage. In *Actes de la recherché en Sciences Sociales* 62/69, 1986.

¹⁶ Cf. Idem. La gestion de l'indicible. In: *Ibidem*.

¹⁷ Cf. Ana VASQUEZ. Adolescentes del Cono Sur de América Latina en el exílio. Algunos problemas psicológicos. Paris: CIMADE-Information, sd.

triangular entre memória, identidade e projeto feita por Gilberto Velho¹⁸. Com o objetivo de explorar que espécie de envolvimento esta geração tem com a política, e por quais elementos ela é composta, foi acrescentada a discussão sobre *cultura política*, apresentada por Serge Bernstein¹⁹.

Nas memórias dos filhos de exilados um movimento interessante pode ser encontrado. Consiste no retorno ao país de exílio, e no desejo de reforçar as relações com o mesmo. Para analisar este ponto as considerações de Pierre Nora²⁰ sobre os *lugares de memória* são utilizadas. É considerada a possibilidade do exílio ser um lugar de memória, e discutidas as implicações que esta propriedade tem para a memória dos filhos de exilados. Uma outra questão faz parte deste capítulo, ainda em relação aos domínios da memória. A abordagem sobre a ligação entre memória e ressentimento é realizada com vista na investigação das heranças do exílio, e também na relação estabelecida entre os exilados e a experiência. Friederich Nietzsche²¹ serve de base para este ponto, e são utilizados igualmente autores que refletem sobre as considerações do filósofo. Assim como o pensamento Nietzsche é fundamental para este ponto, as reflexões de Albert Camus²² enriquecem esta discussão sobre o ressentimento e que conseqüências este sentimento pode gerar para o homem.

¹⁸ Cf. Gilberto VELHO. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹⁹ Cf. Serge BERSTEIN. *A Cultura Política*. In: *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁰ Cf. Pierre NORA. *Entre a História e a Memória: A problemática dos lugares*. In: *Revista Projeto História nº 10*. São Paulo: Educ/PUC-SP, 1981.

²¹ Cf. Friedrich NIEZTSCHÉ. *A Genealogia da Moral - uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²² Cf. Albert CAMUS. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record, 2003.